



O POVO NEGRO EM JAGUAQUARA/BA A PARTIR DO QUILOMBO OCRÍDIO PEREIRA DOS SANTOS

Edinaldo da Silva Santos¹

Luiza Gonzaga de Souza²

Resumo

Embora a população brasileira seja composta por um grande número de afrodescendentes, o povo negro ainda enfrenta o racismo, a invisibilidade e a negação dos seus direitos; fruto do longo período de escravidão. A história do Brasil é sempre contada sob a perspectiva do branco colonizador, negando a importância dos povos negros para a formação sociocultural brasileira. O mesmo ocorre em Jaguaquara/BA, município baiano que tem a sua história narrada com enfoque na chegada dos imigrantes europeus e asiáticos, ocultando a presença, contribuição e importância da população negra local, bem como a existência de uma comunidade quilombola no município. Assim, o principal objetivo desse artigo é apontar a presença da população negra em Jaguaquara/BA a partir da Comunidade Quilombola Ocrídio Pereira dos Santos, ainda desconhecida pela maior parte da população local, buscando entender a formação do Quilombo, a fim de promover uma reflexão sobre a importância da resistência do povo quilombola no Brasil, de modo particular no município de Jaguaquara/BA. A metodologia adotada foi a realização de breve levantamento bibliográfico e documental a respeito dos povos negros no Brasil e das comunidades quilombolas, além de visitas técnicas e entrevistas realizadas com integrantes da comunidade quilombola.

Palavras-chaves: Povo negro, Quilombo, Jaguaquara/BA

¹Professor licenciado em Geografia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, campus Santa-Inês. Email: edinaldosilva477@gmail.com

²Professora licenciada em História pela Universidade do Estado da Bahia- UNEB, campus de Santo Antônio de Jesus. (Orientadora) Email: lupsique57@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

O Brasil é um país de população miscigenada, marcado pela pluralidade étnica e cultural, fruto do processo histórico de ocupação e formação do território brasileiro. Vale lembrar que antes da chegada dos colonizadores europeus já habitavam as Américas diversos povos nativos os quais possuíam costumes e culturas distintas.

Com o início da invasão europeia ao chamado Novo Mundo chegaram povos brancos de diferentes nações, a exemplo dos portugueses que colonizaram o Brasil e que, posteriormente, trouxeram, na posição de escravos, um grande número de negros vindos de vários reinos e localidades do continente africano; tanto que por um período a população brasileira era composta em sua maioria por negros.

Todavia, embora ainda hoje a população afrodescendente seja significativa no Brasil, o país ainda é marcado pelo racismo e os povos negros continuam sendo vistos como uma raça inferior; herança do longo período de escravidão africana praticada no Brasil, uma vez que, mesmo após a abolição da escravidão restou aos descendentes de africanos viver as margens da sociedade brasileira.

Fato é, que a história do Brasil é contada sob a perspectiva do homem branco europeu, que omitiu a importância da contribuição dos povos negros para o desenvolvimento e construção da cultura brasileira. Essa mesma invisibilidade do povo negro ocorre no município de Jaguaquara/BA, localizado no Vale do Jiquiriçá no sudoeste baiano, o qual tem a sua história contada apenas com o destaque para a chegada dos imigrantes europeus e asiáticos.

Diante disso, esse artigo tem como principal objetivo apontar a presença da população negra em Jaguaquara/BA a partir da Comunidade Quilombola Ocrídio Pereira dos Santos, ainda desconhecida pela maior parte da população local, além de fazer uma breve contextualização da trajetória do povo negro africano no Brasil compreendendo ainda o conceito e a formação dos Quilombos, de modo particular do Quilombo Ocrídio Pereira dos Santos, buscando assim promover uma reflexão sobre a importância da resistência do povo quilombola no Brasil e em Jaguaquara/BA.

Para chegar a esses objetivos foram realizados levantamentos bibliográficos e documentais a respeito dos povos negros no Brasil e das Comunidades Quilombolas na Bahia e em Jaguaquara/BA, além de visitas técnicas e entrevistas realizadas com integrantes da comunidade quilombola em estudo.

A história dos povos negros no Brasil é uma história de lutas e resistência a opressão e a discriminação enfrentadas diariamente por essa parcela da população, que continua vivendo as mazelas da sociedade, numa situação de invisibilidade da sua existência perante a população não negra dominante que nega os seus direitos. Assim, esse trabalho se justifica pela necessidade de se conhecer e dar visibilidade a existência do Quilombo de Jaguaquara/BA, a fim de demonstrar a importância do reconhecimento da existência da população negra no município.

2. O POVO NEGRO NO BRASIL: UMA HISTÓRIA DE LUTA E RESISTÊNCIA

A história dos povos negros no Brasil está atrelada ao processo de ocupação e exploração aqui implantada pela Coroa Portuguesa, a qual se apropriou do trabalho escravo para a realização das suas atividades na nova Colônia. Como lembra a autora Simone Silva:

A formação territorial do Brasil dá-se sob a égide colonial. A Pindorama, terra das palmeiras, como era chamado este país por seus povos originários, foi conquistada pelo colonizador europeu que aqui desenvolveu sua prática de dominação marcada pela apropriação dos espaços e pela exploração intensa dos recursos naturais, bem como dos povos aqui encontrados e que foram considerados seres inferiores, portanto, passíveis de serem consumidos (Silva, 2012, p.4).

Portanto, os primeiros povos a sofrerem as consequências da invasão portuguesa às terras do chamado Novo Mundo que vieram, em parte, serem nomeadas de Brasil, foram os povos indígenas, sendo que “apesar das incongruências da historiografia oficial, os nativos eram muitos, distribuídos por todo o imenso território brasileiro.” (Pena e Santos, p. 41).

De início a relação entre os povos indígenas e os colonizadores ocorreu, por meio, do escambo, ou seja, através da troca de mercadorias onde os indígenas cortavam e transportavam o pau-brasil para os portugueses e em troca recebiam objetos como espelhos, perfumes, aguardente etc., prática que não durou por muito tempo, pois:

O indígena, que serviu como colaborador nos primeiros momentos, já não aceitava insignificantes objetos em troca do seu trabalho, nem se adaptava às novas condições impostas pelo engenho. De primitivo ocupante passou a ter sua liberdade e suas terras usurpadas, como perspectiva de vida tinha o cativo ou a fuga em direção ao interior (Germani, 2006, p.127).

Nesse contexto, os indígenas já estavam sendo escravizados pelos portugueses, visto que, “a escravidão do indígena generalizou-se e se instituiu em todos os lugares antes mesmo de completar os 30 anos da ocupação efetiva e do estabelecimento da agricultura. ” (Germani, 2006, p.127). Mas a escravização dos povos indígenas foi dificultada por alguns fatores, “os índios resistiram às várias formas de sujeição, pela guerra, pela fuga, pela recusa ao trabalho compulsório. ” (Fausto, p.28), vale destacar que os indígenas tinham uma vantagem, quando comparados aos povos africanos, eles estavam no seu local de origem e conheciam mais que qualquer outro esse território, o que facilitava a sua fuga.

Além disso, os nativos sofreram com as novas doenças que chegaram junto com os colonizadores e que provocaram a morte de milhares de indígenas. Assim, “a partir da década de 1570 incentivou-se a importação de africanos, e a Coroa começou a tomar medidas através de várias leis, para tentar impedir o morticínio e a escravização desenfreada dos índios. ” (Fausto, p.28); dessa forma, se daria início a uma das mais desumanas e cruéis fases da história do Brasil, a escravização dos povos negros africanos. Sabe-se que:

Desde o século XV, os portugueses tinham experiência no tráfico de escravos. Adquiriam os negros africanos, através da compra, troca ou captura, na costa atlântica da África e os levavam ao Reino europeu ou a suas colônias nas ilhas Madeira e Cabo Verde. A questão consistia em somente prolongar a rota para ultramar até transformar o tráfico de escravos em uma das mais rentáveis atividades comerciais da época (Germani, 2006, p.128).

Trazidos a força na condição de mercadorias, os africanos passaram a ser a principal mão de obra no Brasil Colônia, “Afonso Taunay estimou a entrada de 3.600.000 negros para o nosso território, assim distribuídos: século XVI, 100.000; século XVII, 600.000; século XVIII, 1.300.000; século XIX, 1.600.000. ” (Zamberlam, 2004, p.44).

Depois de capturados e vendidos como escravos no continente africano os negros faziam a travessia do Oceano Atlântico viajando [...] nos porões dos navios negreiros, em torno de 300 em cada navio, amontoados, em condições desumanas, o que provocava uma mortalidade superior a 30% em cada viagem.” (Zamberlam, 2004, p.44), ao desembarcarem em terras brasileiras eram comercializados em mercados públicos. Ao passo que, “por meio da violência, a escravidão transformou pessoas em

mercadorias e as sujeitou à vontade dos traficantes e dos senhores de engenho. ” (Kok, 2012, p.6).

A Bahia foi um dos estados que mais recebeu africanos escravizados, não por acaso, os negros são, ainda hoje, um expressivo número da população baiana. O que foi comprovado por dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua que mostrou que a população negra na Bahia (pretos e pardos) aumentou de 79,5% em 2012 para 81,1% em 2018 (SEI, 2020). O historiador Boris Fausto aponta que:

Os grandes centros importadores de escravos foram Salvador e depois o Rio de Janeiro, cada qual com sua organização própria e fortemente concorrentes. Os traficantes baianos utilizaram-se de uma valiosa moeda de troca no litoral africano, o fumo produzido no Recôncavo. Estiveram sempre mais ligados à Costa da Mina, à Guiné e ao Golfo de Benin, neste último caso após meados de 1770, quando o tráfico da Mina declinou. (Fausto, 1996, p.29).

A escravidão no Brasil perdurou por quase quatro séculos, “o escravo africano foi a força de trabalho de todo o sistema implantado na colônia: primeiro nos engenhos, depois nas minas de ouro e mais tarde nas fazendas de algodão e café. ” (Germani, 2006, p.128), toda a riqueza produzida no país era às custas do suor e do sangue do negro africano capturado, escravizado, castigado, amarrado e morto pela elite branca opressora. O que causa mais revolta é o fato de que a sociedade da época via a escravidão como algo tolerável, natural, como se o negro nascesse destinado a ela. Ainda mais revoltante é saber que mesmo hoje, em pleno século XXI, parte da sociedade brasileira não negra, ainda tem esse mesmo olhar de superioridade sobre os negros, como se eles fossem uma classe inferior. Essa visão foi construída durante séculos, visto que, “o negro, tornado escravo, foi coisificado e desumanizado. O europeu se auto outorgou a missão civilizadora e subtraiu aos povos “colonizados” sua história, cultura e identidade. ” (Silva, 2012, p.5).

A escravidão só começou a perder forças, quando deixou de ser algo lucrativo, visto que a Inglaterra passou a necessitar de consumidores para o seu mercado capitalista em ascensão. Só então:

Em 1831 decretou-se formalmente a proibição do importante negócio do tráfico de escravos que, na realidade, só se verificou em 1850, depois de muita resistência e sob a pressão da Inglaterra. Sucessivas leis foram abrando as correntes até a assinatura da abolição da escravidão, em 13 de maio de 1888, quando ao capital não mais interessava esta forma de relação pouco produtiva. (Germani, 2006, p.128).

Desse modo, com a Lei Áurea assinada em 1888 foi abolida oficialmente a escravidão no Brasil; todavia, na prática não houve significativas mudanças na vida da população negra brasileira, uma vez que, “vivendo à margem da economia brasileira, os libertos estavam sujeitos à fome, à miséria e aos maus-tratos, e reduzidos, quando empregados, às funções de servos, criados e vendedores ambulantes.” (Kok, 2012, p.7).

Ainda hoje a povo negro ocupa as funções menos favorecidas no mercado de trabalho, visto que lhes foi negado o acesso à terra, a educação de qualidade, a moradia digna e etc. Por isso, a sociedade brasileira tem uma dívida histórica com a população negra descendente de africanos escravizados; assim fica evidente a importância e a necessidade da implantação de políticas afirmativas de reparação dos direitos historicamente negados aos negros no Brasil.

Mas, é importante destacar que embora os negros escravizados tenham sofrido as condições mais cruéis possíveis, eles não assistiram passivamente a tudo o que lhes foi imposto, e resistiram bravamente a opressão. De maneira que “a história do negro no Brasil não se constitui somente de submissão, houve também, é claro, diversas formas de resistência negra à escravidão como revoltas, fugas, assassinato de senhores, abortos e a constituição de quilombos.” (Silva, 2012, p.6) espalhados por todo o imenso território brasileiro. Embora a história oficial que nos é contada pelos brancos descendentes de europeus tente esconder a importância da luta negra, elegendo os brancos como os heróis; o povo negro sempre foi senhor da própria história e foram os verdadeiros revolucionários para a conquista de seus direitos tantas vezes negados.

3. AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NA BAHIA

O mais conhecido Quilombo brasileiro, sem dúvidas, é o Quilombo dos Palmares o qual “[...] foi erguido na Serra da Barriga, Estado de Alagoas, no final do Século XVI. Palmares sobreviveu por mais de cem anos e possuía uma população de mais de 20.000 pessoas[...]” (Machado, 2014, p. 56). Todavia, esse não foi o único Quilombo existente no Brasil, pois sabe-se que “outros importantes localizam-se na Amazônia, no Maranhão, na Paraíba, em Sergipe, na Bahia, em Minas Gerais, no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Mato Grosso. (Moura, 2012, p. 15). Fato é, que podemos afirmar que por todo o território brasileiro onde se tinham negros africanos sendo escravizados existiam também quilombos muitos deles, inclusive, existem até os dias

atuais. Moura aponta que “o número de comunidades quilombolas no Brasil é elevado, mas ainda não existe um levantamento extensivo.” (2012, p. 15). Ao passo que:

Contemporaneamente, o quilombo traduz-se em afirmação de direitos que historicamente foram cerceados à população negra brasileira. Mobilização e resistência pressionaram o Estado Brasileiro a reparar os danos causados aos descendentes de africanos escravizados[...] (Machado, 2014, p.63).

De acordo, com o último Censo do IBGE (2022) a população quilombola do Brasil é de 1.327.802 pessoas, distribuídos por 1.696 municípios, o que representa 0,65% do total de habitantes do país. Na região Nordeste residem 68,19% dos quilombolas do país. A Bahia é, dentre os estados brasileiros, o que tem o maior número da população quilombola, o estado concentra 29,90% desta população, com um número de 397.059 quilombolas, na sequência vem o estado do Maranhão, com 20,26%. Juntos, os dois estados abrigam 50,16% da população quilombola do país.

O IBGE (2022) identificou ainda a existência de 494 Territórios Quilombolas oficialmente delimitados no Brasil, os quais abrigam 167.202 quilombolas. O instituto aponta também que existem pessoas autodeclaradas quilombolas em 308 dos 417 municípios que compõe o estado da Bahia, sendo que Senhor do Bonfim/BA é a cidade com a maior quantidade absoluta, tendo um quantitativo de 15.999 pessoas quilombolas, em seguida, vem a capital Salvador/BA com 15.897 quilombolas (IBGE/2022). Ao passo que na Bahia:

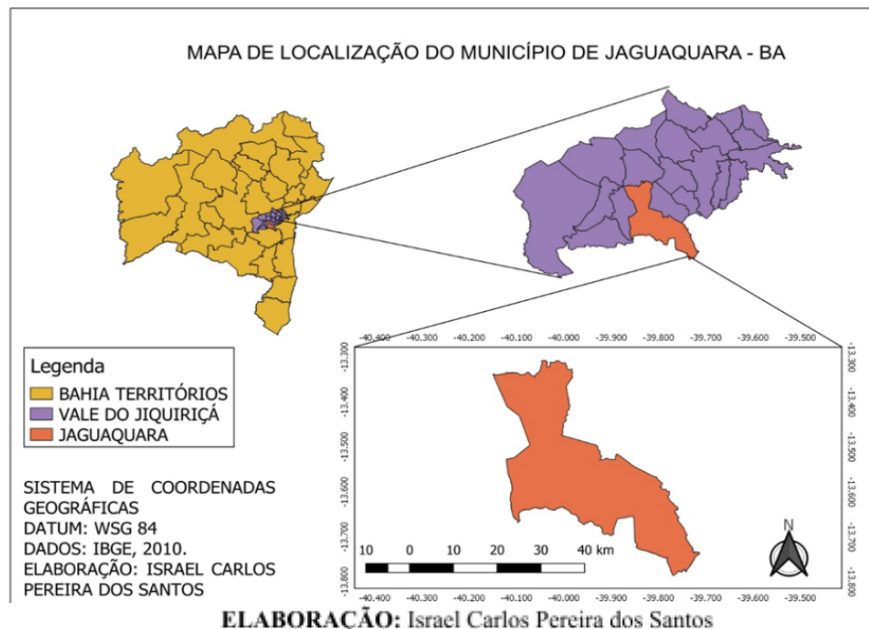
Pode-se identificar duas grandes áreas que concentram a maior quantidade de Comunidades. A primeira é identificada no Recôncavo baiano. Sua presença pode estar associada aos engenhos de cana-de-açúcar que se desenvolveram durante séculos nesta região utilizando o trabalho em regime de escravidão. A segunda identificada no sudoeste do estado em direção ao norte. Segundo informações o primeiro atrativo para colonização desta região foi a descoberta de ouro e posteriormente o cultivo de algodão, além de gêneros alimentícios que abasteciam os núcleos que se polarizaram em torno dos municípios de Caetité e Rio de Contas. (Amorim e Germani, 2005, p. 800).

Além dessas localidades, também na região do Vale do Jiquiriçá ³ existe a presença de comunidades quilombolas, a exemplo da Comunidade Quilombola Ocrídio Pereira dos Santos situada em Jaguaquara/BA, município localizado no sudoeste baiano,

³ Território de Identidade Vale do Jiquiriçá localiza-se no centro sul da Bahia e possui extensão total de 10,4 mil quilômetros quadrados. É composto por 20 municípios: Amargosa, Brejões, Cravolândia, Elísio Medrado, Irajuba, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafaiete Coutinho, Laje, Lajedo do Tabocal, Maracás, Milagres, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra. (PERFIL SINTÉTICO DOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DA BAHIA, 2015, p.5).

nas microrregiões de Jequié a 325 Km de distância da capital Salvador. Observe a seguir o mapa de localização do município de Jaguaquara/BA.

Figura1: Localização do município de Jaguaquara-BA



Jaguaquara/BA é popularmente conhecida como cidade do hortifrutigranjeiro, devido a sua grande produção agrícola “[...] sendo os produtos hortifrutigranjeiros os principais e mais tradicionais do município (tomate, pimentão, chuchu, repolho, pepino, beterraba, jiló, vagem, couve-flor, abóbora, cenoura, abobrinha, maracujá, banana)” (Santos, 2013, p.21); culturas agrícolas atribuídas a chegada de imigrantes italianos e japoneses que se estabeleceram no município a partir da década de 1950, a quem também é atribuído o desenvolvimento econômico da localidade. Tanto que:

Foi em homenagem aos imigrantes vindos para Jaguaquara/BA que foi construído, na gestão do ex-prefeito Ítalo Rabelo do Amaral, a praça dos imigrantes, dedicada a esses povos que marcaram essa região, onde localiza-se um memorial com estátuas dos três principais grupos de imigrantes, o português, o Italiano e o japonês. (Santos, Souza e Souza, 2019, p. 103).

Assim, se por um lado a história do surgimento e desenvolvimento da localidade enaltece as contribuições dos imigrantes europeus e asiáticos; por outro lado os povos negros descendentes de africanos que compõe a população local é invisibilizado, bem como as suas contribuições para o município. Uma vez que, visitantes e moradores locais ao chegarem ao centro da cidade de Jaguaquara/BA encontram um monumento construído em homenagem aos imigrantes brancos vindos para esse município baiano; mas não se encontra nada que mencione a presença dos povos indígenas e, nem mesmo,

dos povos negros no passado e presente da região, ainda que o município conte com uma comunidade remanescente de quilombolas.

3.1 O POVO NEGRO EM JAGUAQUARA/BA: COMUNIDADE QUILOMBOLA OCRÍDIO PEREIRA DOS SANTOS

A Comunidade Quilombola Ocrídio Pereira dos Santos está localizada em uma área periférica, entre o perímetro urbano e rural de Jaguaquara/BA, embora não se constitua como um bairro dessa cidade. Pois, “a palavra quilombo, mencionada por alguns moradores como um bairro periférico do município, é em verdade o Quilombo Ocrídio Pereira dos Santos, reconhecido no ano de 2013, pela Fundação Cultural Palmares.” (Santos e Andrade, 2021, n.p). E embora, os Quilombos sejam conceituados como uma “Comunidade negra rural habitada por descendentes de africanos escravizados, com laços de parentesco” (Moura, 2012, p. 17) existem também os chamados Quilombos urbanos, de maneira que:

O quilombo urbano passou a configurar, ao menos duas, perspectivas de análise: uma referente às antigas áreas rurais que foram alcançadas pelo desenvolvimento das cidades; e a outra que indica espaços mais próximos ao centro das cidades, muitas vezes nas periferias, constituídos em período mais recente. (Junior, 2022, p. 5).

Sendo esse o caso da Comunidade Quilombola Ocrídio Pereira dos Santos, situada nas proximidades do bairro Casca, após a rua Lindolfo Porto, esse que é atualmente um bairro da periferia da cidade, mas que foi uma localidade de grande importância, sendo um dos mais antigos bairros de Jaguaquara/BA. No passado a Casca foi um povoado, ao passo que “os povoados da Casca e da Toca da Onça pertenciam ao distrito do Pé da Serra, que, por sua vez, pertencia ao município de Ubaíra.” (Rosa, 2016, p.51) ambos, posteriormente, foram desapropriados de Ubaíra/BA dando origem ao município de Jaguaquara/BA. Conforme relatado em entrevistas, quando os primeiros quilombolas ocuparam o local de onde surgiu a comunidade, ainda era essa área de mata fechada:

[...]isso aqui era tudo mato, não tinha nem estrada, não tinha nada, somente a linha do trem que passava por aqui. Não tinha gente aqui não, a gente que começou a trazer a família e isso aqui foi crescendo, ocupando o paredão. (Anália de Jesus, 2023)

A linha de ferro mencionada era da antiga Estrada de Ferro de Nazaré ⁴ que passava pelo município de Jaguaquara/BA ainda nos primórdios do surgimento do município. Sendo que “o trem de passageiros fazia duas paradas obrigatórias em Jaguaquara: uma na estação principal (atual prédio da cooperativa) e a outra na Casca” (Farias, 2005, p. 25). Foi ao entorno da antiga estrada de ferro, desativada em 1971 (Santos, 2016), que a Comunidade Ocrídio Pereira dos Santos veio a surgir, ocupando uma estreita faixa de terra entre duas fazendas às margens do Rio Casca, rio que no passado corria límpido pelo município, onde foram construindo casas de taipa e barro, e onde faziam pequenas plantações para a subsistência da comunidade.

A história da Comunidade Quilombola em estudo, começou com o senhor Ocrídio Pereira dos Santos, por esse motivo a comunidade recebe o seu nome, embora inicialmente a mesma fosse chamada de Comunidade Lindolfo Porto. De acordo depoimentos de familiares, o senhor Ocrídio Pereira veio do continente africano na condição de escravo:

Naquela época teve uma guerra danada, daí teve um navio que vinha saindo, então veio eles com os donos deles, porque eles eram escravos naquela época; daí depois largaram eles. A família começou a crescer e cada um pegou o seu destino, foram ocupando as terras vagas que era do governo e se espalhando. (Quilombola, 2023).

Além de Ocrídio Pereira, outros africanos foram trazidos com ele ao Brasil, todos escravizados e, posteriormente, abandonados à própria sorte. Ao chegar em Jaguaquara/BA esse pequeno grupo de africanos foram inicialmente para o meio rural do município, mais precisamente para região de Lero Andrade (fazenda Santa Luzia):

Meu bisavô Ocrídio Pereira dos Santos veio casado com minha bisavó da África junto com mais dois casais aqui pra Jaguaquara, que era meu tio e mais outro casal; primeiro lá pra região de Lero Andrade na zona rural. Daí foram os filhos crescendo, se casando e a família foi crescendo. (Anália de Jesus, 2023)

Muito ligados a terra e as práticas agrícolas esse grupo familiar ficou por um tempo ocupando essa localidade rural, onde cultivavam o que podiam para a sua

⁴ Inaugurada, com o nome de Tram Road de Nazareth (TRN), visto que engenheiros ingleses participaram ativamente das construções de estradas de ferro no Brasil. Posteriormente passou a se chamar Estrada de Ferro de Nazaré (EFN). Partiu de Nazaré (Bahia) em 1871, chegando a Jequié em 1927. Com extensão de 290 km, fazia o transporte de passageiros e dos principais produtos agrícolas da região, como café, fumo e cacau. (Santos, 2016, p.3)

subsistência, porém com o aumento da comunidade eles tiveram que sair em busca de outros locais para viver:

Depois que as famílias foram crescendo foi se espalhando, alguns vieram aqui pra Jaguaquara, outros foram lá pra Itaquara e outros ficaram lá em Lero Andrade. Quando chegaram aqui era tudo mata, ainda não tinha a cidade, daí foram abrindo, roçando, fizeram umas casinhas. (Anália de Jesus, 2023)

Não se sabe exatamente quando os primeiros integrantes dessa comunidade quilombola chegaram à atual localidade, hoje próximo ao meio urbano; porém a Sra. Anália de Jesus (85 anos), bisneta do Sr. Ocrídio Pereira relatou que seu bisavô e sua bisavó faleceram ainda na fazenda Santa Luzia, região de Lero Andrade, no período em que o Dr. René Dubois era prefeito; somente depois é que os outros membros da família deixaram a região vindo para as proximidades do bairro Casca. Nos registros da história do município consta que o Dr. René Dubois foi prefeito de Jaguaquara/BA por dois mandatos, o primeiro de 01 de fevereiro de 1971 a 31 de janeiro de 1973 e depois entre 01 de fevereiro de 1983 a 31 de dezembro de 1989. (Farias, 2005).

Todavia, durante muito tempo a comunidade viveu na invisibilidade, sobrevivendo à própria sorte, sentindo o abandono do poder público que pouco ou nada fez por essa comunidade que habita em zona de risco. Essa realidade de invisibilidade só veio a começar a mudar quando com os esforços de alguns jaguaquarenses, não pertencentes à comunidade, que se juntaram ao poder público, deram início a busca pelo reconhecimento e titulação da comunidade quilombola junto a Fundação Cultural Palmares, o que veio a acontecer em maio de 2013:

Foi em 2013, dona Luíza que descobriu a gente aqui, a gente sabia que o povo da gente era africano, mas não sabia que era chamado de quilombola. (Quilombola, 2023)

Como mencionado, Luíza Gonzaga hoje professora aposentada, mas que na época trabalhava na Secretaria Municipal de Educação, foi uma das responsáveis pelo reconhecimento da Comunidade Ocrídio Pereira dos Santos em Jaguaquara/BA; mulher negra, formada em História que dedicou anos a vida religiosa, sempre esteve ligada às causas sociais e, por esse motivo é muito respeitada na comunidade quilombola e, em todo o município onde sempre fez um trabalho de excelência.

Atualmente, a Comunidade Quilombola Ocrídio Pereira dos Santos é composta por 68 famílias associadas, além de existirem outros membros da comunidade familiar morando em diferentes localidades do município a exemplo do bairro da Lagoa, também na periferia da cidade, no bairro das Malvinas e ainda no Entrocamento de Jaguaquara/BA (Distrito Stela Câmara Dubois); bem como em outras localidades no meio rural e em Itaquara/BA, município vizinho. Além dessa Comunidade Quilombola existe uma outra, ainda sem certificação da Fundação Cultural Palmares, no meio rural do município:

Jaguaquara possui duas Comunidades Quilombolas, uma na sede, pertencente à área da USF Nilton Freire de Assis, registrada como Quilombo Ocrídio Pereira dos Santos[...] com população de 105 pessoas. Outra na zona rural, pertencente à área da USF Itiúba [...] fazenda Alto do Bom Prazer-Comunidade Quilombola, localizada na Nova Ponte, com população de 30 pessoas. (Secretaria Municipal de Saúde de Jaguaquara/BA, 2022)

Portanto, embora essa segunda Comunidade Quilombola de Jaguaquara/BA não tenha ainda reconhecimento e certificação, a Secretaria de Saúde já conseguiu identificar moradores de áreas rurais do município que se declaram descendentes de povos africanos e indígenas. Segundo o Censo do IBGE (2022) “apenas 12,6% da população quilombola reside em territórios oficialmente reconhecidos”.

A entrega da certificação da Comunidade Quilombola Ocrídio Pereira dos Santos aconteceu na gestão do ex-prefeito Juliano Martinelli em 2013 e ocorreu durante uma apresentação cultural realizada pelos integrantes da comunidade, como pode ser observado na figura abaixo.

Figura 2: Entrega da Certificação da Comunidade Quilombola Ocrídio Pereira Santos



FONTE: Prefeitura Municipal de Jaguaquara/BA (2013)

Os membros da já certificada Comunidade Quilombola Ocrídio Pereira dos Santos enfrentam uma situação de vulnerabilidade social, dependendo em muitos casos de doações de cestas básicas por parte de moradores do município e da gestão pública municipal, além de trabalharem na agricultura prestando serviços para fazendeiros da região, uma vez que os mesmos não possuem propriedades rurais como lembrar a Sra. Anália de Jesus (2023) “a gente não tem terra mas a gente começou a trabalhar cedo, eu gosto de panhar café, de plantar alguma coisa, gosto de limpar, de pescar”. Vale lembrar que “historicamente, nenhuma terra foi por lei destinada aos homens escravizados ou aos seus descendentes”. (Moura, 2012, p. 19).

Outro aspecto importante que caracteriza as comunidades remanescentes de quilombolas é a religiosidade, ao passo que:

Todas as comunidades reconhecem religião e fé como significantes, mas há a maneira mestiça de ser e de mesclar elementos católicos e africanos. Catolicismo popular, culto a santos e práticas de tradições estão nas comunidades remanescentes de quilombolas, sempre associados às afrocrenças. (Moura, 2012, p. 33).

A cultura europeia se impôs sobre as outras culturas, de modo que, o mesmo ocorreu no aspecto religioso e além das religiões indígenas os cultos e tradições afros foram por muito tempo proibidos no Brasil, e negros africanos foram forçados a se converterem ao Cristianismo seja pela força, proibições ou preconceitos e por esse motivo muitos descendentes de africanos perderam as suas tradições ancestrais adaptando-se ao catolicismo e ao protestantismo. O mesmo aconteceu na Comunidade Ocrídio Pereira dos Santos que vem perdendo as suas tradições religiosas como relatado: “meu pai que era Pai de santo, ele já morreu. Agora a maioria daqui os jovens, a gente é evangélico, hoje em dia só quem faz reza é tia Maria. (Anália de Jesus, 2023).

Muitas são as carências sociais da Comunidade Quilombola Ocrídio Pereira dos Santos evidenciadas pela ausência de saneamento básico, visto que as moradias não possuem rede de esgoto e alguns nem mesmo tem rede de abastecimento de água; falta também pavimentação:

No meio da comunidade passava um barranco, na realidade um paredão era a rua, através desse paredão que se tinha acesso às casas, mas impedia a passagem de automóveis e colocava em risco as pessoas que precisavam transitar pelo local (Silva, 2022, p. 46)

Várias são as dificuldades de mobilidade na comunidade, além da distância dos postos de serviços básicos da cidade, situação que se prolonga por anos, o que é

evidenciado nas falas de moradores: “isso aqui ainda era pior, muito ruim criança, idoso já caiu, eu já cair aqui, já caíram outras pessoas de cima do paredão e morreram.” (Quilombola, 2023). É notório que:

A população negra está historicamente sujeita a essa desigualdade, que mantém as vantagens urbanas em áreas de maioria branca, as áreas precárias, de baixa infraestrutura são habitadas por maioria negra. Essa configuração da distribuição de negros e brancos ocorrem por meio de duas práticas espaciais: a seletividade e a marginalização espacial que criam processos de segregação de base racial do espaço. Esses dois processos (seletividade e marginalização espacial) impõem um lugar para negros na estrutura sócio-espacial da cidade. (Nascimento, 2021, p.24).

Foi somente em 2021 que “[...]o setor público realizou a terraplanagem do local, melhorando muito o tráfego no local.” (Silva, 2022, p. 46) a precariedade das moradias também, sempre foi uma problemática; todavia a atual gestão pública que tem como prefeita Edione Agostinone pretende entregar a comunidade 20 moradias na localidade, as quais estão em processo de construção (2023), como visto na figura 3:

Figura 3: Vista parcial da Comunidade Quilombola Ocrídio Pereira Santos



AUTOR: Edinaldo da Silva Santos (2023)

Finalmente, depois de tantos anos abandonada a Comunidade começa a usufruir de alguns direitos básicos, porém ainda existe muito a se fazer por esses moradores, os quais de baixa escolaridade enfrentam o desemprego e a discriminação por parte da população que muitas vezes os associam a criminosos, negando-lhes até mesmo a oportunidade de emprego.

Muito se questiona sobre os motivos de parte dos membros da Comunidade Ocrídio Pereira dos Santos insistirem em permanecer no local onde habitam, mesmo quando lhes são oferecidas moradias em outros pontos da cidade, visto que habitam em área considerada de risco. Mas há de se considerar o sentimento de pertença ligado ao conceito de território⁵ visto que, “para os habitantes das áreas remanescentes de quilombos, o princípio da territorialidade é fundamental no sentido de legitimá-los no espaço em que habitam.” (Moura, 2012, p.23).

De maneira, que “(...) a terra é tomada território quando há comunicação, quando é meio e objeto de trabalho, de produção, de trocas, de cooperação.” (Saquet, 2006, p. 76 apud Ferreira, 2014, n.p), assim:

Os quilombos contemporâneos possuem formas singulares de transmissão de bens materiais e imateriais que se transformaram e se transformarão no legado de uma memória coletiva, de um patrimônio simbólico do grupo. Suas especificidades e diferenças socioculturais devem ser compreendidas, valorizadas e priorizadas nos processos de construção da sustentabilidade, integrando as dimensões ambiental, social, cultural, econômica, política. (Moura, 2012, p.24).

Assim sendo, as comunidades quilombolas devem poder permanecer nos territórios onde estão ligados historicamente e onde devem ter garantidos os direitos básicos, assegurados a todos os brasileiros, e aqueles específicos a essas comunidades, como o direito à educação, saúde, moradia e vida digna.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do Brasil é marcada pela exploração e escravização dos povos negros africanos, visto que foram trazidos aos milhares para as terras brasileiras desde o início do processo de colonização portuguesa nessas terras. Neste longo período os negros escravizados foram desumanizados e coisificados, tratados como meras mercadorias, sendo comercializados, usados e, quando não mais necessários, foram descartados; mas o povo negro resistiu de todos os modos, inclusive, pela luta e pela fuga criando refúgios nos chamados Quilombos, onde resistiam à opressão do branco colonizador.

⁵ O território é um produto socioespacial, de relações sociais que são econômicas, políticas e culturais e de ligações, de redes internas e externas que envolvem a natureza. Por esta via o espaço físico entra nas relações e nas estruturas sociais (Saquet, 2006, p. 76 apud ferreira, 2014, n.p).

Ao passo que, por todo o território brasileiro passaram a existir Quilombos, dos quais muitos ainda existem até os dias atuais, onde residem os descendentes de quilombolas escravizados, num passado não tão distante e que ainda vivem as mazelas da sociedade cheia de preconceitos raciais. Por isso, é de grande importância conhecer e compreender a luta dos povos remanescentes de quilombolas e apontar a existência dessas comunidades, a exemplo da Comunidade Quilombola Ocrídio Pereira dos Santos em Jaguaquara/BA que ainda vive a invisibilidade e a segregação socioespacial.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Itamar Gomes; GERMANI, Guiomar Inez. **Quilombos da Bahia: presença incontestável**. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiadelapoblacion/03.pdf> acesso em: 17.08.23

A TARDE. **Bahia tem a maior população de quilombolas recenseados do país**. Salvador, 04/09/2022 [online]. Disponível em: <https://atarde.com.br/bahia/bahia-tem-a-maior-populacao-de-quilombolas-recenseados-do-pais-1205235>. Acesso em 24.06.23 acesso em 24.06.23

EDUCA IBGE. **Quilombolas no Brasil**. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21311-quilombolas-nobrasil.html#:~:text=Dos%20estados%20brasileiros%2C%20a%20Bahia,quilombolas%3A%20s%3A%201.046%20no%20total>. acesso em 24.06.23

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 1996.

FARIAS, Légio. **Uma História... Jaguaquara com outras histórias**. 1ª ed. 2005.

FERREIRA. Denison da Silva. **Território, Territorialidade e seus múltiplos enfoques na Ciência Geográfica**. In: Revista de Geografia Agrária, v. 9, n. 17, p. 111-135, abr., 2014. Disponível em: <http://www.car.ba.gov.br/sites/default/files/2019-08/TERRITO%CC%81RIO%2C%20TERRITORIALIDADE%20E%20SEUS%20MU%CC%81LTIPLoS%20ENFOQUES%20NA%20CI%CC%82NCIA%20GEOGRA%CC%81FICA.pdf> acesso em: 17.08.23

GERMANI, Guiomar. **Condições históricas e sociais que regulam o acesso a terra no espaço agrário brasileiro**. In: GeoTextos: Revista da Pós-Graduação em Geografia/IGEO/UFBA. V. 2 Salvador, dez. 2006, p. 115 -147.

IPATRIMONIO. **Quilombo Ocrídio Pereira, Jaguaquara.**
<https://www.ipatrimonio.org/jaguaquara-quilombo-ocridio-pereira/#!/map=38329&loc=-13.526920806277133,-39.99182665042221>, 17. acesso em 24.06.23

JUNIOR, Antônio Filogenio de Paula. **Um quilombo urbano: a experiência educativa na comunidade Davila África como prática de resistência, cultura e alteridade.** In. Diálogos e Diversidade, Jacobina - Bahia - Brasil, v. 2, n. e13898, p. 01-15, 2022.

Kok, Glória Porto. **A escravidão no Brasil colonial.** – 7. ed. – São Paulo: Saraiva, 2012. – (Que História é Esta?)

MOURA, Gloria. **Quilombos Contemporâneos: resistir e vencer.** Brasília: FCP, 2012.

MACHADO, Joana Carmen do Nascimento. **“NEM PARECE QUE TEM QUILOMBO AQUI”: (In) visibilidade da identidade quilombola no processo de formação da CFR do Território Quilombola do Jambuaçu Pe. Sérgio Tonedo.** 2014. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará – UFPA, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2014.

NASCIMENTO, Glaucia Pereira do. **A racialização do espaço urbano da cidade de Curitiba-PR.** Disponível em:
<https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/46911/pdf>. Acesso em: 12.08.23

PENA, Patrícia Carla Alves; SANTOS, Edinaldo da Silva. Povos indígenas: a necessidade de reconhecer histórias e culturas desses povos nas escolas. In: PENA, Patrícia Carla Alves; MALTA, Arlene Andrade; LIMA, Aline dos Santos [Orgs.] **Educação e diversidade: experiência de articulação do ensino com a pesquisa e a extensão na formação de educadores e educadoras do Vale do Jiquiriçá.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.

ROSA, Armando. **História de Jaguaquara e suas paisagens humanas.** 1ª ed. 2016.

SANTOS, Alan Azevedo Pereira dos. **Diagnóstico municipal de Jaguaquara/BA.** 2013. Disponível em: diagn3b3stico-municipal-de-Jaguaquara-BA.pdf (wordpress.com) – Acesso em 27.06.2023

SANTOS, Edinaldo da Silva; SOUZA, Tainá Ribeiro de; SOUZA, Flávia Silva de. **Influência da imigração no processo de formação sócio espacial do município de Jaguaquara/Ba.** In: Situação geográfica, Salvador-Ba, vol. 02, 2019. (p. 91-105).

SANTOS, Maria do Carmo Souza. **Católicos e Batistas em Jaguaquara: conflitos, disputas e poder (1950-1958).** In. VIII Encontro Estadual de História, Feira de Santana-BA, 2016.

SANTOS, Emilly Novaes; ANDRADE, Cleomar Felipe Cabral Job de. **Uma história a ser contada: comunidade quilombola ocrídio pereira no Vale do Jiquiriçá – BA.** Disponível em:

https://eventos.ifbaiano.edu.br/portal/congresso/files/2021/11/Emilly-Novaes-Santos-00376_01_resumo-congresso-do-instituto-federal-baiano-2021-1.pdf acesso em 27.06.2023

SEC. **Jaguaquara.** Disponível em: <<http://secjaguaquara.blogspot.com/2013/05/entregadecertificadocomunidade>>. Acesso em 24.06.23

SEI. **Panorama socioeconômico da população negra da Bahia.** Disponível em: https://sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/textos_discussao/texto_discussao_17.pdf>. Acesso em 23/01/2023

SEI. **Perfil Sintético do Vale do Jiquiriçá, 2015.** Disponível em: [file:///D:/CURSO%20DE%20GEOGRAFIA/TCC 2/ARTIGOS%202/Perfil Vale%20do%20Jiquiri%C3%A7a.pdf](file:///D:/CURSO%20DE%20GEOGRAFIA/TCC%202/ARTIGOS%202/Perfil%20do%20Jiquiri%C3%A7a.pdf) - acesso em 11.08.23

SILVA, Elisângela Barreto. **Comunidade Quilombola Ocrídio Pereira em Jaguaquara-BA: território, segregação e resistência.** 2022.

SILVA, Simone Rezende da. **Quilombos no Brasil: a memória como forma de reinvenção da identidade e territorialidade negra.** In. XII Colóquio Internacional de Geocrítica. 2012.

Zamberlam, Jurandir. **O processo migratório no Brasil e os desafios da mobilidade humana na globalização.** Porto Alegre : Pallotti, 2004.